



## **TEXTO BASE**

### **1 - Conjuntura**

1.1 - Vivemos no Brasil um período de amadurecimento da nossa jovem democracia. Um dos reflexos disso é que só recentemente conseguimos conquistar um ambiente mais propício para o avanço dos direitos humanos para uma ampla parcela da sociedade brasileira. De fato, apenas os regimes democráticos garantem condições políticas e materiais para a efetiva discussão e ampliação desses direitos. Ainda mais recente é a conjuntura um pouco menos hostil ao debate político sobre os direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, em especial após a realização das I e II Conferências Nacionais LGBT, em 2008 e 2011, respectivamente.

1.2 – Ao passo que constatamos avanços e maior organização, principalmente na esfera dos poderes executivo e judiciário, cresceram e se organizaram também aqueles que não suportam conviver com o novo arranjo social, permitido pela recém conquistada democracia, com mais distribuição de renda, com mais espaço político para as mulheres e também com mais direitos para a população LGBT. Aviltam-se os conservadores e fundamentalistas no cenário político, organizados em bancadas parlamentares preparadas para barrar avanços que não são de segmentos, mas que constituem os pilares da estrutura civilizatória em construção no Brasil desde a Constituição de 1988. No Congresso Nacional, organizados na Frente Parlamentar Evangélica, na Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana e outras, e nas casas legislativas espalhadas por todo o país, esses setores constituem trincheiras de uma batalha contra as liberdades democráticas e os direitos humanos de um imenso contingente populacional.

1.3 – As ideias e ideais fundamentalistas ultrapassam o desrespeito às diferentes identidades de gênero, orientações sexuais, arranjos familiares e vão ao limite da ameaça ao sistema democrático, à laicidade do Estado e à vida dessas pessoas. Além de causarem grande dano à saúde do sistema democrático brasileiro, como se tem observado ao longo dos últimos meses, essa aliança entre setores que representam os mais retrógrados interesses tem como resultado a criminalização de pessoas que estão vulneráveis aos processos de exclusão social devido a fatores como condição socioeconômica, regional, geracional, de gênero, etnia, cor e também populações em situação de rua, em situação carcerária, pessoas com deficiência etc. Isso pode ser notado pela atitude cada vez mais violenta das forças policiais, publicamente apresentadas como “defensoras do patrimônio” e de

uma ordem constituída cada vez mais restrita a alguns poucos. Essa aliança reacionária, organizada em torno de um projeto político neoliberal na economia e conservador no que tange às liberdades individuais e direitos humanos, procura chegar de qualquer maneira ao controle do Estado, desrespeitando inclusive a soberania do voto popular e objetivando a entrega dos bens mais caros ao país ao capital estrangeiro. Essa aliança é hoje conhecida também por travar o desenvolvimento econômico do Brasil, com a política de "terra arrasada".

1.4 – Consequência desta nefasta política, surge o sentimento de angústia no povo brasileiro, de pessimismo, e que é reavivado pelo discurso intolerante reproduzido por esse grupo. Tal prática discursiva toma conta cotidianamente das capas de jornais, dos grandes meios de comunicação, das comunidades de fé, dos ambientes de trabalho etc.

1.5 – Esse recrudescimento do discurso conservador também pode ser visto como uma reação desses setores ao avanço conquistado nos últimos anos em diversos aspectos. Especialmente no que diz respeito à violência contra a população LGBT, desenvolvemos nos últimos anos instrumentos na sociedade civil e no poder público com o objetivo de identificar a violência e a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero e caminhamos no sentido da formulação de políticas públicas e legislações mais efetivas para enfrentar e diminuir o problema. Neste ano de 2016, já conseguimos enxergar mais nitidamente os resultados deste sentimento de ódio, consoante fica claro, inclusive, pelo Relatório da ONG *Transgender Europe*, que atesta que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. No mesmo sentido, a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais atesta que aproximadamente 90% desta população tem que recorrer à prostituição para sobreviver em razão da discriminação por identidade de gênero contra travestis e transexuais no mercado de trabalho. A Cartografia da Resistência Navalha na Carne, da Rede Nacional de Pessoas Trans/RedTrans, aponta que, entre janeiro e fevereiro de 2016, foram 29 casos de travestis e transexuais assassinadas, além de 15 tentativas de suicídio. A Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal publicou, em 2011 e 2012, relatórios de denúncias de discriminação contra a população LGBT, suplementando um trabalho de compilação de denúncias de casos de violência produzido apenas por organizações da sociedade civil. O esforço para enfrentar esses altos índices deve ser maior e envolver o conjunto das três esferas, por meio das secretarias municipais e estaduais e os ministérios. São necessárias ações conjuntas de comunicação em massa através da mídia, em especial a mídia não oligopolizada, num esforço por conscientização e por amparo legal, além de ações para estimular o debate político com a sociedade civil, mobilizar e concentrar a população LGBT em torno desta bandeira de luta.

1.6 – Não obstante, embora tenha ocorrido também um crescimento de espaços institucionais em favor da elaboração de políticas de promoção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, esses espaços não têm se mostrado efetivos na implementação dessas políticas públicas, principalmente pela ausência de orçamentos específicos destinados a isso. Ou seja, tivemos um aumento do espaço institucional perante o poder público, um evidente avanço, mas um avanço puramente formal na maioria dos casos, dada a enorme dificuldade em se implementarem políticas públicas efetivas para além da distribuição de cartazes, panfletos e afins para a população LGBT. A própria divulgação dos poucos serviços de proteção à

população LGBT ainda é muito falha, tendo em vista que diversas cidadãs e cidadãos LGBT não sabem a quem denunciar ou sequer que podem denunciar os atos de discriminação e violência por orientação sexual e identidade de gênero dos quais são vítimas.

1.7 – Ademais, acreditamos que é necessário garantir mais do que a identificação dos casos de violência, precisamos garantir à população LGBT a segurança de estar amparada pela Lei Penal e leis administrativas punitivas estaduais e municipais, para que, por meio delas, sintam-se de fato acolhidas e acolhidos por todas as leis fundamentais da nossa Constituição Cidadã, que estabelecem como bem-viver o respeito a todas e todos. É preciso garantir que os agressores, antes de tomarem qualquer iniciativa, não tenham a certeza de que ficarão impunes ou cumprirão penas alternativas mais leves, como deve ocorrer com os casos de crimes de ódio em toda sociedade civilizada.

1.8 – No mesmo sentido, embora seja indispensável um marco normativo penal, que não hierarquize opressões, evidentemente é necessário um maior investimento em processos educativos, com capacitação e sensibilização da sociedade para acolher pessoas LGBT com igual respeito e consideração relativamente a heterossexuais cisgêneros.

1.9 – A III Conferência Nacional LGBT e suas conferências municipais e estaduais, dentre as quais a III Conferência Municipal LGBT de São Paulo, constituem mais um passo importante rumo à conquista de direitos para a população LGBT e para a emancipação do conjunto da sociedade por meio do debate e movimentação política. Em suma, a batalha que se trava levantando como bandeira a necessidade do respeito à diversidade sexual e de gênero das pessoas é saudável ao processo político e à democracia. Evidentemente, para que haja qualquer avanço, deve existir compromisso efetivo do poder público com a implementação das propostas aprovadas nos processos de conferência, o que, lamentavelmente, não tem sido o histórico da maior parte dos diversos entes federativos.

1.10 – Anexo a este texto-base, encontra-se o Relatório de Gestão elaborado pela Prefeitura de São Paulo, por intermédio da Coordenação de Políticas para LGBT, no qual traz uma devolutiva de suas ações desde o término da II Conferência Municipal LGBT, em agosto de 2011, relativamente às propostas aprovadas na ocasião.

1.11 – A partir desse panorama, é possível identificar que o problema das violências necessita de melhores estratégias de ação e diálogo com o conjunto da sociedade. Há um problema discursivo e comportamental sobre a construção da lógica machista, racista e de discriminação contra a população LGBT que incentiva a intolerância e diversas outras formas de agressão a populações mais vulneráveis ou que não estão de acordo com certas normas estabelecidas.

1.12 – A partir de 2005, a cidade de São Paulo tem procurado responder de maneira mais incisiva a esses desafios. Com a criação da então Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual, é possível identificar avanços que têm se mostrado referência para todo o país, como a criação do Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia, o Centro de Referência da Diversidade (o primeiro serviço específico de atendimento à população LGBT na rede de assistência social no Brasil), um maior apoio aos eventos de visibilidade LGBT, programas e ações de prevenção ao HIV/aids para a população LGBT, a reestruturação do Centro de Combate à Homofobia no maior

centro de referência LGBT em funcionamento no Brasil, o Centro de Cidadania LGBT Arouche, a criação da Unidade Móvel de Cidadania LGBT da região central, a formação de professores da rede municipal de educação para o respeito à população LGBT e a criação do Programa Transcidadania.

1.13 – Ademais, a própria estrutura institucional de promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da cidade de São Paulo registra avanços nos últimos anos, como a edição de portarias e decretos e as propostas de políticas públicas LGBT que passaram a fazer parte dos instrumentos de planejamento político e orçamentário do município, como o Plano de Metas, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, todos com objetivos e recursos específicos para as políticas LGBT, situação incomum na maior parte das esferas da administração pública do Brasil.

1.14 – Em que pesem esses avanços, registram-se ainda desafios que precisam ser respondidos e melhor formulados no diálogo entre o poder público e a sociedade civil, como a criação de estruturas de acolhimento à população LGBT em situação de rua, a aprovação de leis que garantam a continuidade desses avanços e a transformação dessas iniciativas em políticas de Estado e não de governos, o funcionamento e a segurança de espaços públicos de convivência da população LGBT, a descentralização de serviços e a qualificação do atendimento à população nas diversas regiões da cidade e a melhor formatação do funcionamento de espaços de controle social.

1.15 – A esses desafios locais, somam-se os desafios apresentados pela III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, entre os quais estão a reorganização das políticas de segurança pública e dos sistemas de justiça, a criminalização da discriminação e dos discursos de ódio contra a população LGBT e o diálogo permanente entre as esferas do poder público para a definição de competências e funções, tendo como horizonte a constituição de um Sistema Nacional LGBT, a partir da referência de outras políticas setoriais que já contam, em suas estruturas, com a definição de responsabilidades de cada esfera, assim como regras para cooperação técnica e financeira, que tornem a promoção dos direitos LGBT uma realidade.

## **2 – Propostas da Conferência Livre LGBT da Zona Sul**

- 1) “Melhor fiscalização, divulgação e aplicação do Decreto Municipal do Nome Social nos órgãos públicos, com ênfase nas Periferias”.
- 2) “Criação de Casas de Passagens, para crianças, adolescentes e jovens LGBT expulsos(as) de casa”
- 3) “Apresentação, pelo Prefeito, de Projeto de Lei municipal que assegure os direitos da diversidade sexual e de gênero e puna as discriminações homotransfóbicas no município” (OBS/Paulo Iotti: se não for pelo Prefeito, a atual jurisprudência do STF [e do TJSP] possivelmente o considerará inconstitucional, se provocado, por “vício de iniciativa”, na parte que altere a estrutura do Executivo Municipal para punir as discriminações)
- 4) “O Município de São Paulo volte a divulgar a Lei 10.948/01 em seus órgãos públicos e campanhas municipais, e o Centro de Cidadania LGBT atue nos processos administrativos respectivos, em defesa das vítimas LGBT”

- 5) "Que as vagas dos Conselhos LGBT considerem o gênero masculino e feminino autonomamente para bissexuais, com pelo menos uma vaga para cada gênero"
- 6) "Campanha para pessoas que fazem sexo anal para que façam anualmente exames para detectar HPV, especialmente no ânus e no reto, bem como no colo do útero".
- 7) -- "Extensão da gratuidade da vacina de HPV para toda a população LGBT"
- 8) "Volta do "Diversidade na Praça", com assistência jurídica e prevenção à saúde da população LGBT"
- 9) "Melhor divulgação do Decreto Municipal do Nome Social nos órgãos públicos, com ênfase nas Periferias, com foco na divulgação a funcionários públicos e à população de travestis e transexuais".
- 10)"Promoção da Visibilidade Bissexual dentro da própria classe LGBT"
- 11)"Ampliação e Maior Aproveitamento dos Espaços de Cultura LGBT".
- 12)"Festival da Diversidade LGBT, com foco em novos artistas LGBT, bem como aos que já têm um tempo de carreira, mas não conseguem espaço por serem LGBT"
- 13)"Ampliação dos Espaços de Cultura LGBT"
- 14)"Viabilizar políticas de prevenção de HIV/AIDS para a juventude LGBT" (Gabriel – Koinona)
- 15)"Pensar um edital no âmbito da secretaria de cultura para projetos LGBT, nos âmbitos municipal, estadual e federal, com pautas interseccionais com etnia, raça, gênero e capacitismo".
- 16)"Inclusão da discussão LGBT nos conselhos gestores e equipamentos culturais"
- 17)"Criação de uma Casa de Cultura ou Centro Cultural LGBT"
- 18)"Incentivar a participação de pessoas do gênero feminino nos espaços LGBT"
- 19)"Difusão em campanhas municipais, estaduais e federal da Lei 12.984/14, que criminaliza a divulgação de sorologia de pessoas"
- 20)"Divulgação sobre tratamento de pré-exposição ao HIV/AIDS, com a garantia de que toda forma de prevenção seja um direito público gratuito, de acesso pelo SUS, com adoção da PREV como método de prevenção (pré-exposição) para o HIV".
- 21)"Defesa e Garantia debate de direitos sexuais e reprodutivos em todas as unidades públicas, não só escolas"
- 22)"Formação de Conselhos Tutelares que garantam direitos de crianças e adolescentes LGBT"
- 23)"Priorização da população LGBT no programa Minha Casa, Minha Vida, nos âmbitos estadual e federal"
- 24)"Reconhecimento da arte transformista LGBT brasileira como patrimônio imaterial"
- 25)"Debate sobre Política para Migração, com intersecção entre xenofobia e LGBTfobia"
- 26)"Capacitação dos Jovens como agentes de prevenção nas Periferias".
- 27)"Cotas para Travestis e Transexuais no serviço público municipal"
- 28)"Cotas para Travestis e Transexuais nas Universidades"

- 29) "Inclusão de cotas para travestis, mulheres transexuais e homens trans, nas oportunidades de intercâmbio das universidades, e para estágios universitários"
- 30) "Distribuição de Camisinhas Femininas, não só das masculinas, bem como demais insumos (lubrificantes etc)"
- 31) "Casa de Repouso para adultos e idosos LGBT"
- 32) "Inclusão da discussão sobre Gênero e Sexualidade nas escolas e universidades, no sentido de combater o machismo e a homolesbitransfobia"
- 33) "Expansão e fortalecimento da formação de docentes e funcionários da rede pública para questões de gênero e sexualidade"
- 34) "Palestras nas escolas, universidades e periferias para respeito a LGBT"
- 35) "Inclusão, no Plano Nacional de Assistência Estudantil, de um debate específico para pessoas LGBT e se implemente ele nas universidades país afora"
- 36) "Garantia do respeito obrigatório ao Nome Social também nos espaços escolares"
- 37) "Que o Conselho Municipal LGBT volte a ser eleito exclusivamente por segmentos (LGBT), por votação direta, sem nenhuma votação indireta"
- 38) "Que todos os conselheiros da sociedade civil sejam eleitos diretamente pela população LGBT" (sem eleições indiretas ou assembleias para candidatas/os se autoelegerem, como ocorreu com as entidades com e sem CNPJ e com Conselhos de Classe nesta última eleição)
- 39) "Proibição de que servidores municipais, funcionários públicos ou não, ocupem as vagas da sociedade civil do Conselho Municipal LGBT"
- 40) "Que a destinação do Orçamento da Coordenação LGBT dependa de aprovação do Conselho Municipal LGBT"
- 41) "Pressionar o Governo do Estado a preservar e divulgar a memória LGBT de SP no Museu da Diversidade, com pesquisa, espaço maior que o atual, acervo e exposição específicos".
- 42) "Criação de articulação entre professores e funcionários LGBT, com criação de grupos de discussão e articulação, pela Secretaria de Educação"
- 43) "Elaboração de material que circule no âmbito de saúde sobre a população LGBTTI onde não existe e atualização nos quais existe"
- 44) "Que uma parte do orçamento seja destinada à população LGBT, em todas as esferas federativas".
- 45) "Criação de Centros de Referência e Cultura para a Diversidade Afetiva e Sexual nas Periferias".
- 46) "Manutenção e aperfeiçoamento do Programa de Pós-Graduação de Gênero e Sexualidade EAD, oferecido em parceria com a UNIFESP"
- 47) "Interseccionalidade. Falar de etnias e capacitismo no âmbito das políticas LGBT"
- 48) "Mais suporte para pessoas que sofrem homolesbitransfobia nas escolas"
- 49) "Volta de atuação efetiva do Comitê Integral de Saúde LGBT, com cadeiras para jovens"
- 50) "Contratação de Proctologistas para atender a comunidade LGBT" (ante o preconceito que sofrem com os atuais profissionais)

- 51) "Combate de preconceitos dentro da comunidade LGBT"
- 52) "Políticas públicas para respeitar os modos de ser (corpo livre), independente de orientação sexual e identidade de gênero"
- 53) "Divulgação de procedimentos de adoção para a comunidade LGBT"
- 54) "Instalação de Centros de Referência em centros periféricos"
- 55) "Interseccionalidade entre questões raciais e LGBT"
- 56) "Ampliação de espaços de socialização LGBT nas zonas periféricas (descentralização de espaços LGBT), com preços compatíveis com sua renda, com recorte racial e social"
- 57) "Promoção de casamentos comunitários LGBT"
- 58) "Pautas de Formação que incluam a perspectiva de orientação sexual e identidade de gênero, com atenção aos não-binários"
- 59) "Ampliar o discurso sobre o não-binarismo de gêneros"
- 60) "Perspectiva de atuação conjunta com Conselhos Regionais de Psicologia, em âmbito nacional e estadual, para que eles fomentem debates em torno das principais violências que sofremos, para formação de profissionais presentes e futuros"
- 61) "Reforço da Campanha de Despatologização das Identidades Trans"
- 62) "Pressão do Governo Estadual para que tenha espaço físico específico do Museu de Diversidade"
- 63) "Criação de um Dia da Juventude LGBT Periférica (critérios geográfico e social), para incentivar políticas públicas específicas"
- 64) "Mapeamento da População LGBT em situação de rua, com criação de programas especializados para essa população"
- 65) "Que a Prefeitura sempre apoie a realização da Parada do Orgulho LGBT"
- 66) "Criminalização da LGBTfobia"
- 67) "Descriminalização das drogas, com foco na orientação sobre os riscos do uso de drogas".
- 68) "Desmilitarização das polícias"
- 69) "Melhor Capacitação e Sensibilização das Polícias e da GCM para as questões LGBT"
- 70) "Que Prefeituras, Estados e Municípios tenham preferência por prestadores de serviços que apoiem e contratem pessoas LGBT"
- 71) "Reabertura do Autorama, fechado pela gestão Haddad, com readequação social do espaço (Programa Autorama Legal)".
- 72) "Aprovação da Lei de Identidade de Gênero – Lei João Nery"
- 73) "Isenções fiscais para empresas que empreguem a população LGBT"
- 74) "Parte da arrecadação de impostos do dia da Parada LGBT seja obrigatoriamente revertido em benesses para a população LGBT"
- 75) "Rede de apoio a crianças, adolescentes e jovens LGBT, que sofrem violências diversas em suas casas"

- 76) "Endossar o edital LGBT Cultural a nível municipal, estadual e federal"
- 77) "Divulgação para pessoas trans para os programas do Município, Estado e Federal, especialmente o Jovem Monitor"
- 78) "Incentivo à Participação da população LGBT na criação do Plano Municipal de Cultura"
- 79) "Pesquisa de quantos pessoas LGBT existem no Brasil, por organismos LGBT, como Conselhos e Coordenações, em todas as esferas federativas, cada qual em seu âmbito de competência"
- 80) "Divulgação para os interessados de quantas pessoas trans estão na sua frente na fila de atendimento do SUS"
- 81) "Mapear a população LGBT pelo IBGE, com inclusão de questões identitárias de gênero e sexualidade nas pesquisas do IBGE"
- 82) "Entes Federativos proponham Projeto de Lei de sua competência, criando fundo para enfrentamento de discriminações homolebitransfobia"
- 83) "Isenção fiscal para fundos de apoio à população LGBT, criados pela sociedade civil"
- 84) "Atuação dos(as) advogados(as) do Centro de Cidadania LGBT na defesa as vítimas LGBT nos processos administrativos de homolebitransfobia da Lei 10948/01"
- 85) "Editais de incentivo e acesso à cultura e à história LGBT"
- 86) "Criação de um Ambulatório de Saúde para travestis e transexuais na Grande São Paulo, em cidades como Franco da Rocha"
- 87) "Contratação de equipe LGBT ou predominantemente LGBT para implementação de políticas LGBT"
- 88) "Divulgação da Lei Maria da Penha a travestis e transexuais".
- 89) "Campanhas de Visibilidade dos Assexuais".

### **3 – Propostas da II Conferência Municipal LGBT**

#### **DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA**

- 1) Padronização e sistematização dos dados de LGBT atendidas por todos os equipamentos e serviços municipais, utilizando-os para realizar pesquisas que orientem as políticas públicas para LGBT no município; especialmente mediante censo municipal da população LGBT, a fim de mensurar estes municípios para que sejam adotadas políticas públicas a seu favor.
- 2) Maior Controle Social sobre a internação compulsória aos usuários de drogas em situação de rua proposto pela PMSP, com a participação de entidades do movimento LGBT.
- 3) Que o município garanta viabilidade e recursos para a atuação do Conselho Municipal em Atenção à Diversidade Sexual de forma a haver maior divulgação e mobilidade nas ações do conselho e seus conselheiros.
- 4) propor a criação de Decreto Municipal sobre o direito de travestis e transexuais femininas e masculinas de utilizar banheiros de órgãos da administração pública municipal direta e indireta conforme sua identidade de gênero, independente do registro civil da pessoa.



5) Que a Secretaria Municipal de Participação e Parceria tenha sua correspondente coordenadoria em cada subprefeitura da Cidade, de forma a garantir a descentralização dos serviços das coordenadorias de segmentos – entre elas a CADS. De modo especial, com a criação de Conselhos Gestores nas 31 Subprefeituras do Município de São Paulo para orientar políticas públicas LGBT nas respectivas regiões com ampla participação da sociedade civil.

6) Articular parcerias com CRAS e CREAS, promovendo a devida capacitação de seus profissionais para divulgar e disponibilizar benefícios sociais e programas de transferência de renda para população LGBT em situação de rua ou de extrema pobreza e vítimas de violação de direitos humanos.

7) Mapeamento de LGBT do Município de São Paulo no âmbito do Observatório de Proteção Integral à infância e adolescência, criado pela Lei Municipal 15.114/2010 e regulamentado pelo Decreto no. 51.885/2010, considerando a sua situação particular de vulnerabilidade social.

8) Capacitar e sensibilizar os funcionários e gestores públicos municipais, bem como todo e qualquer prestador de serviço contratado pelo município e conselheiros tutelares e de direitos municipais nas questões LGBT, especialmente junto ao CEFOR.

9) Dotar a CADS de orçamento que atenda às demandas da população LGBT.

10) Criação do Observatório da Homofobia com o objetivo de mapear e monitorar a violência homofóbica.

## **EDUCAÇÃO**

11) Elaborar diretrizes que orientem a rede municipal de educação na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de ações que promovam o respeito, a convivência e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero que colaborem para a prevenção e a eliminação da violência sexista e homofóbica.

12) Fomentar, apoiar e realizar cursos de formação inicial e continuada para gestores, professores e demais profissionais do ensino, inclusive terceirizados, nas temáticas relativas à orientação sexual e à identidade de gênero.

13) Promover, apoiar e fomentar currículos, métodos e recursos pedagógicos, entre outras medidas, voltadas para criar um ambiente escolar de convivência na diversidade.

14) Produzir e estimular a confecção e a divulgação de materiais didáticos e de materiais específicos para a formação de profissionais da educação, com a finalidade de promover o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, inclusive em linguagens e tecnologias que contemplem as necessidades das pessoas com deficiência.

15) Produzir e divulgar pesquisas que analisem a situação da população LGBT no ambiente escolar.

16) Criação de um banco de dados de propostas pedagógicas para uso dos professores da rede pública municipal, a partir de experiências exitosas das escolas que trabalhem com o tema da diversidade sexual, bem como a realização de um encontro anual de professores da rede municipal, com premiação para as melhores propostas.

17) Reafirmar a laicidade do Estado nas ações educativas, evitando que expressões religiosas integrem práticas educacionais.

18) Criação de um programa de mediação de conflitos nas escolas da rede pública municipal, que envolva educadores, alunos, pais e comunidade, como estratégia de combate à violência escolar, inclusive o bullying.

19) Inserir na bibliografia de concursos públicos da Secretaria Municipal de Educação a temática de orientação sexual e identidade de gênero.

20) O Conselho Municipal LGBT deve acompanhar as propostas formuladas e oferecer uma análise periódica sobre seus desdobramentos.

## **SAÚDE**

21) Implantar um Centro de Referência Municipal para a Atenção Integral a Saúde de Travestis e Transexuais, inicialmente na região central da cidade, com perspectivas de expansão para as cinco coordenadorias de saúde.

22) Investir na produção e divulgação de materiais de prevenção, diagnóstico precoce e profilaxia pós-exposição às DST/HIV/AIDS específicos para LGBT, e contemple a necessidade de realização de exame anual de anoscópia e Papanicolau.

23) Ampliação das políticas de saúde para população LGBT, inclusive a população idosa e suas especificidades, na cidade de São Paulo, para além do PM-DST/AIDS, garantindo acesso a partir do princípio da integralidade.

24) Desenvolver campanhas de saúde integral que incentivem LGBT a cuidar de sua saúde, não somente em relação à DST/AIDS. Aprovada com alteração

25) Sensibilizar e capacitar profissionais da área da saúde, inclusive os gerentes das unidades, para atender adequadamente a população LGBT, lembrando-se da importância de ter representantes LGBT nos conselhos gestores das unidades de saúde.

26) Incluir, dentro da grade de capacitação do CEFOR, para profissionais da saúde e conselheiros gestores a temática da diversidade sexual na perspectiva da atenção/assistência humanizada da população LGBT.

27) Garantir o acesso de LGBT e seus familiares à Saúde mental, com atendimento psicológico e psiquiátrico qualificado, capacitando os profissionais para uma abordagem que não patologize as orientações sexuais e as identidades de gênero.

28) Implementação dos quesitos "orientação sexual e identidade de gênero", por auto-definição, nos prontuários e ficha de atendimento nos serviços municipais de saúde. Aprovada após debates.

29) Realizar pesquisas e produção de conhecimento, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, sobre saúde da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) com dotação orçamentária específica.

30) Incentivar a contratação de Travestis e Transexuais para atuar como agentes comunitários de saúde na SMS e parceiros.

## **ESPORTE, TURISMO E LAZER**

31) Inserção de atividades físicas, esportivas e de lazer em centros de convivência (praças, parques, clubes escola, CEU), com a inclusão do recorte LGBT em todas as regiões da cidade, durante todo o ano, não-somente no mês da Parada do Orgulho LGBT.

32) Realizar torneios esportivos no município que possam estimular a prática esportiva e a convivência entre a comunidade LGBT, e incluir o recorte LGBT no evento Virada Esportiva.

33) Ampliação do horário de funcionamento dos parques municipais, para utilização das áreas de lazer e esportivas, com maior iluminação e policiamento, até as 22 horas.

34) Ampla divulgação dos eventos LGBT, atividades, ações de turismo, esporte e lazer, inclusive por material gráfico e internet, incluindo sites e redes sociais específicos do segmento.

35) Trabalho de conscientização para a inclusão da comunidade LGBT no esporte, por meio de capacitação e materiais informativos junto aos profissionais da área esportiva (dirigentes, técnicos, professores de modalidades, lideranças), em ações e atividades municipais e eventos esportivos.

36) Elaborar o inventário turístico da oferta LGBT e resgatar o histórico do movimento na cidade de São Paulo.

37) Intensificar o treinamento em equipamentos e atrativos turísticos, garantindo que as políticas relacionadas ao turismo LGBT tenham como preocupação a empregabilidade e a geração de oportunidades para a população LGBT.

38) Aproveitar as manifestações da cultura LGBT (shows e eventos) como produtos turísticos a serem divulgados pelo órgão oficial de turismo da cidade (SP Turis).

39) Elaborar um plano de comunicação específico do produto LGBT, pensando os diversos públicos (turistas, operadores e agentes de turismo).

40) Criação de Lei de Incentivo Fiscal (ISS) ao Esporte Municipal, com especificidade ao recorte LGBT [será encaminhada proposta equivalente para a Conferência Estadual LGBT].

## **HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

41) Investimento na formação e capacitação de LGBT, com prioridade para Travestis e Transexuais, por meio de cursos profissionalizantes, inclusive através do Centro de Capacitação Técnica da SMADS, a partir de um trabalho intersecretarial.

42) Criação de um Centro de Acolhida específico para a população LGBT e garantia de vagas para Travestis e Transexuais nos Centro de Acolhida já existentes, respeitando sua Identidade de Gênero.

43) Ampliação de vagas e valores no programa Parceria Social, da Secretaria Municipal de Habitação, para a população LGBT.

44) Implementar o CRD (Centro de Referência da Diversidade) nas outras 4 (quatro) regiões da cidade.

45) Criação de projetos para a população LGBT em situação de rua.

46) Que os CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) recebam e encaminhem, aos órgãos competentes, os casos de violação de direitos específicos (por discriminação por orientação sexual e por identidade e expressão de gênero).Aprovado por alteração.47) Implementar o CCH (Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia) nas outras 4 (quatro) regiões da cidade.

48) Incluir o mercado imobiliário no Selo Municipal de Diversidade, garantindo atendimento da população LGBT.

49) Reforçar a revisão dos critérios de concessão dos benefícios habitacionais respeitando as especificidades da comunidade LGBT.

50) Articulação da CADS (Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual) com Secretaria Municipal de Habitação e os Movimentos Populares de Habitação para discussão das demandas do público LGBT.

## **CULTURA E COMUNICAÇÃO**

51) Criação, pela Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com a CADS, de um festival LGBT anual de artes integradas: cinema, teatro, artes plásticas, fotografia, música, dança etc.

52) Garantia de percentagem no orçamento anual da Secretaria Municipal de Cultura para fomento e difusão da cultura LGBT, bem como a criação de um edital para projetos culturais LGBT, nos moldes do Edital ProAC LGBT, do Governo do Estado – voltado às pessoas físicas e com a previsão de um número mínimo de projetos para Travestis e Transexuais. Inclusão de oficinas de capacitação prévia para elaboração de projetos para este edital.

53) Realização de Campanha Anual dirigida à população em geral, com foco nos direitos da população LGBT e no combate à homofobia, a ser veiculada em todos os espaços publicitários do município, como Jornal do Ônibus e demais mídias, e em todos os espaços públicos da prefeitura, como Subprefeituras, Postos de Saúde, Escolas, etc. Além disso, os materiais elaborados pela CADS deverão contemplar informações sobre a Lei 10.948/2001 e decretos municipal e estadual que determinam o uso dos nomes sociais de Travestis e Transexuais.

54) Incluir, nos critérios dos editais de licitação da verba publicitária da Prefeitura de São Paulo, que as empresas participantes (marketing e veiculação) não possuam programas difamatórios, vexatórios, homofóbicos, contra a população LGBT. Alteração da legislação municipal relativa à publicidade, para a inclusão de cota LGBT de 5% para modelos das campanhas municipais.

55) Que a Secretaria Municipal de Cultura, em conjunto com a CADS e a Secretaria das Subprefeituras, fortaleça e realize atividades descentralizadas voltadas para o 29 de Janeiro – Visibilidade Trans, 29 de Agosto – Visibilidade Lésbica e demais datas afirmativas LGBT.

56) Inclusão de um palco para divulgação da cultura LGBT durante a Virada Cultural de São Paulo e no Aniversário de São Paulo, bem como a inclusão de artistas LGBT nessas programações como um todo.

57) Introduzir oficinas, preferencialmente nos CEU, Bibliotecas Públicas e Casas de Cultura, voltadas para a formação de leitura crítica da mídia, bem como a formação de acervo de livros e outras mídias acerca dos temas da diversidade sexual, gênero e identidade de gênero. Capacitar todos os funcionários desses espaços para comentar os livros e vídeos.

58) Interlocução entre a CADS, espaços culturais (CCJ, casas de cultura, bibliotecas etc) e Subprefeituras, visando que os jovens LGBT possam se reunir nesses locais de sua escolha para manifestações culturais e de lazer, garantindo-lhes a segurança e priorizando bairros para além da região central. A CADS deverá garantir a realização de eventos em prol da comunidade LGBT de forma descentralizada, em toda a cidade.

59) Que a Prefeitura estabeleça um convênio com o Ministério da Cultura voltado para a promoção e implementação de novos Pontos de Cultura incluindo o segmento LGBT.

60) Que o Conselho Municipal em Atenção à Diversidade Sexual realize o monitoramento da mídia, denunciando e exigindo direito de resposta, aos meios de comunicação que firam a imagem e a cidadania de LGBT.

## **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO**

61) Realizar Seminário Municipal para discutir e promover ações de respeito à diversidade sexual no mundo do trabalho, público e privado, reunindo órgãos públicos, empresas, centrais sindicais, federações, sindicatos e organizações não governamentais.

62) Manter e ampliar política de combate à discriminação homofóbica no serviço público municipal, promovendo um ambiente de respeito à diversidade sexual.

63) Comunicar oficialmente e realizar campanhas permanentes de divulgação e orientação aos servidores públicos municipais sobre os direitos assegurados aos LGBT.

64) Manter e ampliar políticas de geração de renda e incentivar a criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária para a população LGBT, com prioridade a Travestis e Transexuais, bem como o empreendedorismo individual e a inserção no mercado de trabalho.

65) Articular a criação de grupo intersecretarial de fomento a políticas públicas de trabalho e geração de renda para o segmento LGBT.

66) Criar feira mensal da comunidade LGBT com a finalidade de gerar renda, trabalho, autonomia e sustentabilidade, na região central, em local de grande circulação e visibilidade, estimulando a realização de eventos similares nas subprefeituras.

67) Sensibilizar e estimular que as empresas privadas utilizem o nome social de Travestis e Transexuais desde a realização do processo seletivo, respeitando a identidade de gênero.

68) Divulgar amplamente para a população LGBT, nas redes sociais, meios de comunicação da prefeitura e material impresso distribuído em locais estratégicos, ofertas de vagas de empregos, estágios, cursos gratuitos e concursos.

69) Articular uma parceria com o Selo da Diversidade Estadual para reconhecer as empresas que respeitem e promovam a diversidade no ambiente de trabalho.

## **SEGURANÇA PÚBLICA**

70) Que a GCM encaminhe os registros de atendimento de crimes de intolerância para o Centro de Referência e Combate a Homofobia, a fim de subsidiar o mapeamento dos principais pontos onde tais crimes ocorrem.

71) Utilizar-se, em parceria com a CADS e com o Conselho Municipal, da estrutura da GCM em todas subprefeituras, com foco na periferia, para divulgação de material educativo contra a intolerância e incentivo à denúncia, com visitas dos conselheiros às bases.

72) Intensificação da segurança nos locais de convivência LGBT com vulnerabilidade e riscos.

73) Manutenção dos treinamentos e monitoramentos (corregedoria e ouvidoria) dos profissionais da segurança urbana, pública ou terceirizada contratada pela Prefeitura, sobre as questões de violência contra LGBT.